



## LÍNGUA PORTUGUESA

**TEXTO I** – base para responder às questões de **01 a 06**

### **Tratamento de dados pessoais pelo poder público**

#### **Apresentação**

O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público possui muitas peculiaridades, que decorrem, em geral, da necessidade de compatibilização entre o exercício de prerrogativas estatais típicas e os princípios, regras e direitos estabelecidos na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LGPD).

Diante desse cenário, o desafio posto é o de estabelecer parâmetros objetivos, capazes de conferir segurança jurídica às operações com dados pessoais realizadas por órgãos e entidades públicos. Trata-se de assegurar a celeridade e a eficiência necessárias à execução de políticas e à prestação de serviços públicos com respeito aos direitos à proteção de dados pessoais e à privacidade.

Entre outros aspectos relevantes, muitos órgãos e entidades públicos têm questionado a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) sobre (i) o âmbito de incidência da LGPD e a aplicação de seus conceitos básicos ao setor público; (ii) a adequada interpretação das bases legais que autorizam o tratamento de dados pessoais; (iii) os requisitos e as formalidades a serem observados nas hipóteses de uso compartilhado de dados pessoais; e (iv) a relação entre as normas de proteção de dados pessoais e o acesso à informação pública.

Considerando essas questões, o presente Guia Orientativo busca delinear parâmetros que possam auxiliar entidades e órgãos públicos nas atividades de adequação e de implementação da LGPD. As orientações apresentadas constituem um primeiro passo no processo de delimitação das interpretações sobre a LGPD aplicáveis ao Poder Público. Por isso, a versão publicada ficará aberta a comentários e contribuições de forma contínua, com o fim de atualizar o Guia oportunamente, à medida que novas regulamentações e entendimentos forem estabelecidos, a critério da ANPD. As sugestões podem ser enviadas para a Ouvidoria da ANPD, por meio da Plataforma Fala.BR (<https://falabr.cgu.gov.br/>).

Cumpra enfatizar que não é objeto deste Guia a definição de conceitos básicos previstos na LGPD. Em caso de dúvida, sugere-se consultar a página de documentos e publicações da ANPD, na qual estão disponíveis orientações mais específicas sobre esses conceitos, a exemplo do Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado.

O Guia inicia com uma breve explanação sobre a LGPD, o conceito de Poder Público e as competências da ANPD. A seguir, são apresentadas orientações sobre as bases legais mais comuns e os mais relevantes princípios que devem nortear o tratamento de dados pessoais por entidades e órgãos públicos. Na parte final, serão abordadas duas operações específicas de tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: o compartilhamento e a divulgação de dados pessoais, sempre sob o enfoque da conformidade do tratamento com a LGPD. Os Anexos I e II trazem, respectivamente, um sumário das recomendações apresentadas na análise dos dois casos específicos mencionados.

#### **A LGPD, o poder público e as competências da ANPD**

A LGPD foi promulgada em 2018 e tem como objetivo regulamentar o tratamento de dados pessoais para garantir o livre desenvolvimento da personalidade e a dignidade da pessoa humana. Para isso, a lei estabelece uma série de regras a serem seguidas pelos agentes de tratamento, incluindo o Poder Público.

O termo “Poder Público” é definido pela LGPD de forma ampla e inclui órgãos ou entidades dos entes federativos (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) e dos três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), inclusive das Cortes de Contas e do Ministério Público. Assim, os tratamentos de dados pessoais realizados por essas entidades e órgãos públicos devem observar as disposições da LGPD, ressalvadas as exceções previstas no art. 4º da lei.

Também se incluem no conceito de Poder Público: (i) os serviços notariais e de registro (art. 23, § 4º); e (ii) as empresas públicas e as sociedades de economia mista (art. 24), neste último caso, desde que (ii.i.) não estejam atuando em regime de concorrência; ou (ii.ii) operacionalizem políticas públicas, no âmbito da execução destas.

A LGPD visa, ainda, assegurar que dados pessoais sejam utilizados de forma transparente e com fins legítimos, ao mesmo tempo garantindo os direitos dos titulares. Especificamente em relação ao Poder Público, a LGPD (art. 55-J, XI e XVI) prevê que a ANPD pode solicitar informe específico sobre o âmbito, a natureza

dos dados e demais detalhes envolvidos na operação, bem como realizar auditorias sobre o tratamento de dados pessoais. O art. 52, § 3º, estabelece quais sanções podem ser aplicadas às entidades e aos órgãos públicos, com expressa exclusão das penalidades de multa simples ou diária previstas na LGPD.

Importante ressaltar que a ANPD é o órgão central de interpretação da LGPD e do estabelecimento de normas e diretrizes para sua implementação, no que se inclui a deliberação administrativa, em caráter terminativo, sobre a interpretação da lei e sobre as suas próprias competências e casos omissos (art. 55-K, parágrafo único; art. 55-J, XX). Além disso, a autoridade nacional detém competência exclusiva para aplicar as sanções administrativas previstas na LGPD, com prevalência de suas competências sobre outras correlatas de entidades e órgãos da administração pública no que se refere à proteção de dados pessoais (art. 55-K).

Assim, a ANPD possui competência originária, específica e uniformizadora no que concerne à proteção de dados pessoais e à aplicação da LGPD, previsão legal que deve ser interpretada de forma a se compatibilizar com a atuação de outros entes públicos que possam eventualmente tratar sobre o tema. A esse respeito, a LGPD (art. 55-J, § 3º) estabelece que a ANPD deve atuar em coordenação e articulação com outros órgãos e entidades públicos, visando assegurar o cumprimento de suas atribuições com maior eficiência e promover o adequado funcionamento dos setores regulados.

Importante ressaltar, por fim, que o servidor público que infrinja a LGPD também é passível de responsabilização administrativa pessoal e autônoma, conforme o art. 28 do Decreto Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro). Dessa forma, tratar dados pessoais indevidamente, como, por exemplo, vendendo banco de dados, alterando ou suprimindo cadastros de forma inadequada ou usando dados pessoais para fins ilegítimos pode levar à responsabilização do servidor público que praticou o ato ilegal.

Fonte: <https://www.gov.br/anpd/pt-br/documentos-e-publicacoes/guia-poder-publico-anpd-versao-final.pdf> (adaptado). Acesso em: 19 ago. 2022.

### QUESTÃO 1

O primeiro parágrafo da seção “Apresentação”, do *Guia Orientativo – Tratamento de Dados Pessoais pelo Poder Público*, tem função introdutória para os conteúdos que o sucedem. Identifique, entre as alternativas abaixo, aquela que define **CORRETAMENTE** o procedimento discursivo adotado pelos autores do texto para introduzir o tema por meio desse parágrafo:

- (A) Contextualização histórica das discussões sobre proteção de dados no setor público.
- (B) Opiniões de especialistas sobre o tema da proteção de dados no setor público.
- (C) Exemplificação por meio de caso concreto de infração à LGPD no setor público.
- (D) Identificação de especificidades da aplicação da LGPD no setor público.
- (E) Questionamento da relevância do tratamento de dados pessoais no setor público.

### QUESTÃO 2

Ao longo do texto, há mais de uma referência a objetivos ou finalidades formulados por meio de orações com verbos no infinitivo. Qual das opções abaixo encerra uma oração que **NÃO** enuncia **NEM** um objetivo **NEM** uma finalidade?

- (A) “estabelecer parâmetros objetivos”.
- (B) “delinear parâmetros”.
- (C) “atualizar o Guia oportunamente”.
- (D) “regulamentar o tratamento de dados pessoais”.
- (E) “garantir o livre desenvolvimento da personalidade e a dignidade da pessoa humana”.

### QUESTÃO 3

Observe novamente o parágrafo a seguir:

“Cumprir enfatizar que não é objeto deste Guia a definição de conceitos básicos previstos na LGPD. Em caso de dúvida, sugere-se consultar a página de documentos e publicações da ANPD, na qual estão disponíveis orientações mais específicas sobre esses conceitos, a exemplo do Guia Orientativo para Definições dos Agentes de Tratamento de Dados Pessoais e do Encarregado”.

Com base na leitura dessa passagem, qual das palavras destacadas nas alternativas abaixo estabelece coesão referencial retomando um termo que a antecede?

- (A) “(...) objeto **deste** Guia” (...).
- (B) “(...) sugere-**se** consultar (...)”.
- (C) “Em caso de **dúvida** (...)”.
- (D) “(...) **na qual** estão disponíveis (...)”.
- (E) “(...) orientações **mais** específicas (...)”.

#### QUESTÃO 4

Com base nos conteúdos constantes no Texto I, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) Toda e qualquer supressão de cadastros no setor público, inclusive às adequadas, implica uma infração à LGPD.
- (B) O Guia Orientativo do qual foi extraído o Texto I tem por objetivo atualizar a redação da LGPD no contexto do Poder Público.
- (C) Para os fins da LGPD, o termo “Poder Público” limita-se a órgãos ou entidades federais, estaduais e municipais.
- (D) No contexto do Poder Público, a LGPD precisa atender tanto a prerrogativas de celeridade e eficiência quanto de privacidade e proteção de dados pessoais.
- (E) A LGPD confere autoridade aos órgãos públicos federais para aplicar sanções administrativas à ANPD.

#### QUESTÃO 5

Observe novamente o seguinte parágrafo do **Texto I**:

“**Também se incluem** no conceito de Poder Público: (i) os serviços notariais e de registro (art. 23, § 4º); e (ii) as empresas públicas e as sociedades de economia mista (art. 24), neste último caso, **desde que** (ii.i.) não estejam atuando em regime de concorrência; ou (ii.ii) **operacionalizem** políticas públicas, no âmbito da execução destas”.

Qual das alternativas abaixo apresenta uma proposta de alteração no texto que **NÃO** acarreta infração às regras da norma culta?

- (A) Substituir o conectivo **DESDE QUE** por **CONTANTO QUE**.
- (B) Substituir a forma verbal **INLUEM** por **INLUI**.
- (C) Inserir uma vírgula imediatamente após a palavra **TAMBÉM**.
- (D) Substituir a forma verbal **OPERACIONALIZEM** por **OPERACIONALIZAM**.
- (E) Substituir a vírgula imediatamente antes de **DESDE QUE** por um ponto final.

#### QUESTÃO 6

Assinale entre as alternativas a seguir aquela em que o termo regente da preposição ou contração em destaque está **INCORRETAMENTE** identificado.

- (A) “(...) que decorrem, em geral, **da** necessidade de compatibilização (...)” – termo regente: **DECORREM**.
- (B) “(...) capazes de conferir segurança jurídica **às** operações com dados pessoais (...)” – termo regente: **SEGURANÇA**.

(C) "(...) a versão publicada ficará aberta a comentários (...)" – termo regente: **ABERTA**.

(D) "(...) princípios que devem nortear o tratamento de dados pessoais (...)" – termo regente: **TRATAMENTO**.

(E) "(...) sempre sob o enfoque da conformidade do tratamento com a LGPD." – termo regente: **CONFORMIDADE**.

**TEXTO II** – base para responder às questões de **07 a 10**



Fonte: <https://setting.com.br/blog/gestao-empresarial/gestao-por-competencia/> Acesso em: 20 ago. 2022.

### QUESTÃO 7

As alternativas a seguir indicam elementos presentes no Texto II. Qual desses elementos **NÃO** é necessariamente uma característica prototípica do gênero discursivo infográfico?

- (A) Uso de palavras e imagens.
- (B) Tipografia em caixa alta.

- (C) Organização do discurso em blocos textuais separados.
- (D) Sentenças curtas.
- (E) Diagramação não apenas com fins estéticos, mas também com valor informacional.

### QUESTÃO 8

Assinale a alternativa que contém afirmação **INCORRETA** sobre as estruturas gramaticais do Texto II.

- (A) Em “Dados e análises das habilidades e conhecimento dos funcionários levam a um melhor planejamento.”, a forma verbal **LEVAM** está flexionada na terceira pessoa do plural para concordar com o núcleo do sujeito **FUNCIONÁRIOS**.
- (B) Em “Facilita o aprendizado e o desenvolvimento orientados a negócios e elimina o treinamento sem valor agregado.”, o sujeito da forma verbal **FACILITA** é **GESTÃO POR COMPETÊNCIA**, presente na parte superior do infográfico.
- (C) Em “A organização gerencia todas as fases do ciclo de vida do funcionário: da aquisição ao desenvolvimento e retenção.”, o sinal de dois pontos é usado para separar o aposto.
- (D) Em “Quando há coerência entre as competências do profissional e as necessidades do cargo, ele se torna mais produtivo”, a vírgula é usada para separar uma oração subordinada adverbial temporal anteposta à oração principal.
- (E) Em “Com o alinhamento das competências do profissional e as necessidades do cargo, o colaborador se sente mais confortável.”, o pronome **SE** está sendo usado em posição proclítica.

### QUESTÃO 9

Com base nos conteúdos constantes no Texto II, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) A gestão por competência traz benefícios apenas para os gestores.
- (B) Treinamento sem valor agregado é algo positivo para uma empresa.
- (C) A produtividade é inversamente proporcional à coerência entre as competências do profissional e as necessidades do cargo.
- (D) Um melhor planejamento gera dados e análises das habilidades e conhecimento dos funcionários.
- (E) Quando competências são mapeadas para cada cargo, há impacto positivo no desenvolvimento profissional.

### QUESTÃO 10

Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto à acentuação gráfica de palavras do Texto II.

- (A) **COMPETÊNCIA** – palavra acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo crescente.
- (B) **É** – palavra acentuada por ser monossílabo tônico terminado em E.
- (C) **ESPECÍFICA** – palavra acentuada por ser paroxítona terminada em A.
- (D) **CONFORTÁVEL** – palavra acentuada por ser paroxítona terminada em L.
- (E) **ANÁLISES** – palavra acentuada por ser proparoxítona.

## FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO E LEGISLAÇÃO

### QUESTÃO 11

Nos termos da Constituição Federal de 1988, identifique, entre as alternativas abaixo, a que **REPRESENTA** uma hipótese de perda do cargo pelo servidor público estável.

- (A) Em virtude de sentença judicial, após confirmação em segunda instância, ainda que caiba recurso a tribunais superiores.
- (B) Mediante processo administrativo inquisitorial, sendo prescindível a concessão da ampla defesa ao servidor processado.
- (C) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa ao servidor avaliado.
- (D) Em virtude da extinção do cargo ou da declaração da sua desnecessidade.
- (E) Mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, sendo desnecessária a concessão da ampla defesa ao servidor avaliado.

### QUESTÃO 12

Conforme a Lei nº 8.027/90, pelo exercício irregular de suas atribuições, o servidor público \_\_\_\_ responde civil, penal e administrativamente, podendo as cominações civis, penais e disciplinares \_\_\_\_\_, sendo umas e outras \_\_\_\_\_ entre si, bem como as instâncias civil, penal e administrativa.

Assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas:

- (A) civil; cumular-se; independentes.
- (B) militar; excluir-se; dependentes.
- (C) civil; compensar-se; independentes.
- (D) militar; cumular-se; dependentes.
- (E) civil; excluir-se; independentes.

### QUESTÃO 13

Nos termos da Lei nº 8.112/90, identifique entre as alternativas abaixo qual **NÃO** constitui um requisito básico para investidura em cargo público:

- (A) Ser brasileiro nato.
- (B) Gozar dos direitos políticos.
- (C) Estar quite com as obrigações militares e eleitorais.
- (D) Ter o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo.
- (E) Ter a idade mínima de dezoito anos.

### QUESTÃO 14

À luz da Lei nº 11.892/08, que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, julgue as assertivas abaixo:

- I. O Instituto Federal de Mato Grosso foi criado mediante a integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica de Mato Grosso e de Cáceres, e da Escola Agrotécnica Federal de São Vicente.
- II. A unidade de ensino que compõe a estrutura organizacional de instituição transformada ou integrada em Instituto Federal passa de forma automática, independentemente de qualquer formalidade, à condição de *campus* da nova instituição.
- III. A Sede da Reitoria do Instituto Federal de Mato Grosso está localizada na cidade de Cuiabá.
- IV. O Instituto Federal de Mato Grosso, a Universidade Federal de Mato Grosso e a Universidade Federal de Rondonópolis fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Está(ão) **CORRETA(S)** apena(s) a(s) assertiva(s):

- (A) I e III.

- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) Todas estão corretas.

### QUESTÃO 15

Nos termos da Lei nº 11.091/05, julgue as assertivas abaixo acerca da Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE):

- I.** Cada Instituição Federal de Ensino deverá ter uma Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE).
- II.** A CIS-PCCTAE poderá ser composta por servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação.
- III.** A CIS-PCCTAE tem por finalidade acompanhar, orientar, fiscalizar e avaliar a implementação do Plano de Carreira no âmbito da respectiva Instituição Federal de Ensino e propor à Comissão Nacional de Supervisão as alterações necessárias para seu aprimoramento.
- IV.** A instituição da CIS-PCCTAE no âmbito das Universidades Federais é facultativa.

Está(ão) **CORRETA(S)** apenas a(s) assertiva(s):

- (A) I e III.
- (B) II e III.
- (C) III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) Todas estão corretas.

Leia atentamente a situação hipotética abaixo, e responda às questões **16** e **17**.

*Fulano é servidor efetivo do IFMT, ocupando o cargo de Jornalista. Preocupado com a condição espiritual dos servidores do IFMT, o servidor Fulano passa a enviar, diariamente, a todos os servidores da instituição, através da lista de e-mails institucionais à qual tem acesso em razão do seu cargo, mensagens de conteúdo proselitista da religião da qual é praticante fervoroso. Mesmo sem receber denúncia, ao tomar conhecimento dos e-mails enviados pelo servidor Fulano, a Comissão de Ética do IFMT resolve instaurar processo para apuração da conduta do referido servidor. Ao final do processo, a Comissão de Ética entendeu que o servidor Fulano não cometeu infração ética, visto que a sua conduta não é vedada pelo Código de Ética do IFMT.*

### QUESTÃO 16

Considerando a situação hipotética exposta, nos termos da Resolução CONSUP IFMT nº 91, de 15 de dezembro de 2014, identifique a alternativa **CORRETA**:

- (A) A Comissão de Ética não poderia ter instaurado processo para apurar a conduta do servidor Fulano, uma vez que não houve denúncia.
- (B) A Comissão de Ética somente poderia ter instaurado o processo para apurar a conduta do servidor Fulano se houvesse prévia autorização do Reitor do IFMT.
- (C) A Comissão de Ética somente poderia ter instaurado o processo para apurar a conduta do servidor Fulano se houvesse prévia autorização do Conselho Superior do IFMT.
- (D) A Comissão de Ética poderia ter instaurado o processo para apurar a conduta do servidor Fulano, mesmo sem denúncia, uma vez que lhe compete apurar, de ofício ou mediante denúncia, fato ou conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes.
- (E) Todas as alternativas estão incorretas.

### QUESTÃO 17

Considerando a situação hipotética exposta, nos termos da Resolução CONSUP IFMT nº 91, de 15 de dezembro de 2014, identifique a alternativa **CORRETA**:

- (A) A conduta do servidor Fulano configura infração ética, uma vez que é vedado aos servidores utilizar qualquer sistema de informação do IFMT para propagação de propaganda religiosa. Portanto, o entendimento da Comissão de Ética foi equivocado.
- (B) A conduta do servidor Fulano não configura infração ética, uma vez que ele estava se valendo da sua liberdade religiosa. Portanto, o entendimento da Comissão de Ética foi correto.
- (C) A conduta do servidor Fulano não configura infração ética, uma vez que é permitido aos servidores utilizar os sistemas de informação do IFMT para livre manifestação do pensamento. Portanto, o entendimento da Comissão de Ética foi correto.
- (D) A conduta do servidor Fulano configura infração ética, uma vez que é vedado aos servidores do IFMT praticar qualquer tipo de atividade religiosa, mesmo que exclusivamente no âmbito privado. Portanto, o entendimento da Comissão de Ética foi equivocado.
- (E) Todas as alternativas estão incorretas.

Leia atentamente a situação hipotética abaixo, e responda às questões **18, 19 e 20**:

*Beltrano é servidor efetivo do IFMT, atuando na área de Gestão de Pessoas, sendo, nesse setor, o servidor responsável pelas análises das solicitações de Retribuição por Titulação. Durante a realização do seu trabalho habitual, Beltrano recebe um processo de solicitação de Retribuição por Titulação do professor Sicrano, também servidor do IFMT. Ocorre que o professor Sicrano é desafeto do servidor Beltrano, razão pela qual o servidor Beltrano passa a atrasar, deliberadamente, a análise do seu processo. O professor Sicrano, ao verificar que diversas solicitações de Retribuição por Titulação de outros professores que ingressaram com processos posteriormente ao seu já haviam sido analisadas, ficou revoltado com a situação, redigiu uma reclamação formal acerca da conduta do servidor Beltrano e encaminhou à Chefia Imediata do referido servidor. A Chefia Imediata do servidor Beltrano, ao receber a reclamação formal do professor Sicrano resolve, por indulgência, arquivá-la, deixando de encaminhar à Ouvidoria do IFMT, que é o setor responsável por realizar a análise desse tipo de reclamação.*

### QUESTÃO 18

Considerando a situação hipotética exposta, nos termos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), identifique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Pode-se inferir que o servidor Beltrano cometeu o crime de concussão.
- (B) Pode-se inferir que o servidor Beltrano cometeu o crime de peculato.
- (C) Pode-se inferir que o servidor Beltrano cometeu o crime de corrupção passiva.
- (D) Pode-se inferir que o servidor Beltrano cometeu o crime de advocacia administrativa.
- (E) Pode-se inferir que o servidor Beltrano cometeu o crime de prevaricação.

### QUESTÃO 19

Considerando a situação hipotética exposta, nos termos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), identifique a alternativa **CORRETA**:

- (A) Pode-se inferir que a Chefia Imediata do servidor Beltrano cometeu o crime de prevaricação.
- (B) Pode-se inferir que a Chefia Imediata do servidor Beltrano cometeu o crime de concussão.
- (C) Pode-se inferir que a Chefia Imediata do servidor Beltrano cometeu o crime de advocacia administrativa.
- (D) Pode-se inferir que a Chefia Imediata do servidor Beltrano cometeu o crime de condescendência criminosa.
- (E) Pode-se inferir que a Chefia Imediata do servidor Beltrano cometeu o crime de corrupção passiva.

### QUESTÃO 20

Considerando a situação hipotética exposta, nos termos da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (com as atualizações da Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021), identifique a alternativa **CORRETA**:

- (A) A conduta do servidor Beltrano não pode ser tipificada como um ato de improbidade administrativa.
- (B) A conduta do servidor Beltrano pode ser tipificada como um ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito.
- (C) A conduta do servidor Beltrano pode ser tipificada como um ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (D) A conduta do servidor Beltrano pode ser tipificada como um ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública.
- (E) Todas as alternativas estão incorretas.

## CONHECIMENTOS GERAIS DE MATO GROSSO

### QUESTÃO 21

Observe a figura a seguir e analise os itens na sequência:



Fonte: Disponível em <https://meioambiente.culturamix.com/noticias/divisao-administrativa-do-brasil> Acesso em 07/10/2022

I. O Estado de Mato Grosso possui mais de 900 mil km<sup>2</sup> de extensão territorial, sendo superado em área pelos

estados do Amazonas e do Pará;

II. O único país sul-americano a fazer fronteira com Mato Grosso é o Paraguai;

III. Tendo como referência a capital do Estado, a nordeste temos fronteira com o Estado de Rondônia;

IV. O Centro Geodésico da América do Sul encontra-se em Mato Grosso, especificamente em Vila Bela da Santíssima Trindade, cidade que foi a primeira capital do Estado;

V. A única capital do Centro-Oeste a fazer fronteira ao sul com Mato Grosso é Campo Grande.

Estão **CORRETOS** os itens:

(A) II e V.

(B) III e IV.

(C) I e IV.

(D) I e V.

(E) III e V.

### QUESTÃO 22

Segundo o último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o município mato-grossense com a menor população absoluta era:

(A) Porto Estrela.

(B) Araguaína.

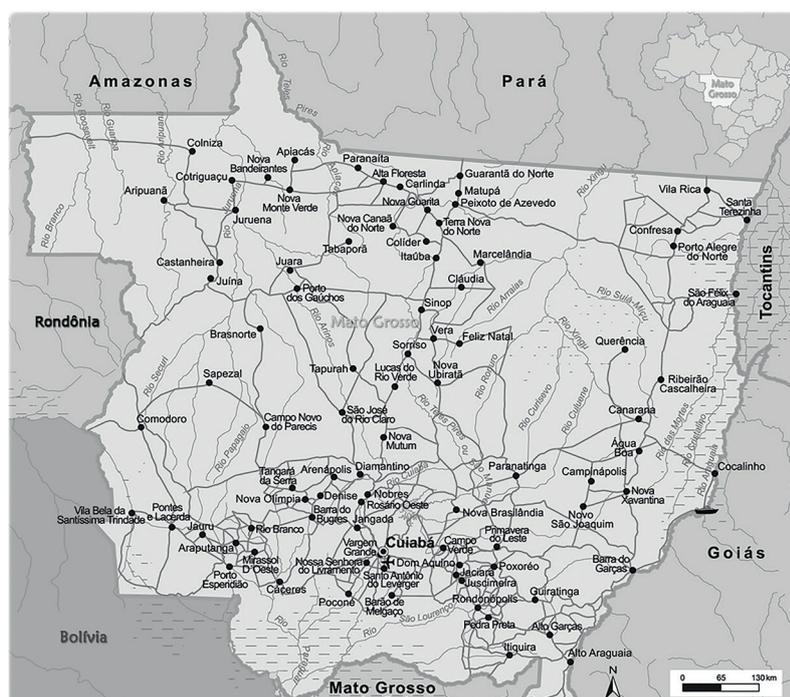
(C) Ribeirãozinho.

(D) Rondolândia.

(E) Serra Nova Dourada.

### QUESTÃO 23

Observe a figura a seguir, leia o enunciado e responda o que se pede:



Um dos grandes problemas enfrentados na logística de Mato Grosso são as grandes distâncias entre os municípios e a capital do Estado, o que resulta, às vezes, em certo isolamento de serviços, benfeitorias e investimentos do poder público nesses locais mais longínquos. Um desses municípios, localizado no extremo nordeste, a mais de 1.000 km de Cuiabá por transporte rodoviário, é:

- (A) Terra Nova do Norte.
- (B) Brasnorte.
- (C) Porto Esperidião.
- (D) Vila Rica.
- (E) Alto Araguaia.

#### QUESTÃO 24

*“É a maior área alagável do planeta, com uma fauna exuberante e cenários que encantam qualquer visitante. Apesar de ocupar apenas 7,2% do estado, é o bioma mais exaltado quando se fala em Mato Grosso. Considerado pela UNESCO Patrimônio Natural Mundial e Reserva da Biosfera”.*

Disponível em <http://www.mt.gov.br/geografia>. Acesso em: 09 set. 2022.

Assinale a alternativa que caracteriza o bioma mato-grossense descrito.

- (A) Amazônia.
- (B) Cerrado.
- (C) Pantanal.
- (D) Parque Nacional Indígena do Xingu.
- (E) Parque Nacional da Chapada dos Guimarães.

#### QUESTÃO 25

Leia o texto e identifique a alternativa que completa **CORRETAMENTE** a lacuna:

*“As exportações mato-grossenses do agronegócio alcançaram valores recordes para sua história em 2021. Conforme dados da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais (SCRI) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Estado fechou o ano com faturamento de US\$ 21,28 bilhões, quase 19% superior ao saldo do ano anterior, US\$ 17,94 bilhões. Com a receita, o Estado participou com 17,65% do total contabilizado pelas exportações nacionais do agro, US\$ 120,59 bilhões, outro volume recorde. Desse total, mais de 62% das exportações do agro de Mato Grosso se sustentaram no embarque (comercialização) de\_\_\_\_\_.”*

Disponível em <https://www.matogrossoeconomico.com.br/agronegocio-e-industria/mt-encerra-2021-com-a-maior-receita-de-exportacao-de-produtos-do-agro-do-pais/>  
Acesso em 13/09/2022.

- (A) carnes bovina e suína.
- (B) algodão em pluma.
- (C) milho.
- (D) cana-de-açúcar.
- (E) soja em grão.

#### QUESTÃO 26

Leia a manchete e o texto a seguir e responda o que se pede:

## Âmbar, da J&F, investe R\$ 900 milhões em novas usinas a gás em Cuiabá

*Empresa construiu quatro novas unidades, que totalizam 326 megawatts de potência*  
Por Gustavo Maia, atualizado em 12 jul 2022, 09h29 - publicado em 12 jul 2022, 08h30

*“Controlada pelo grupo J&F, a Âmbar Energia vai inaugurar neste mês um conjunto de quatro novas usinas termelétricas a gás natural, em Cuiabá. O investimento total é de 900 milhões de reais. As quatro unidades totalizam 326 megawatts de potência e estão sendo concluídas ao lado da Usina Termelétrica Mário Covas, que já pertence à Âmbar. Com a expansão, o parque em Cuiabá passa a ser o maior da Âmbar e um dos maiores do país em capacidade de geração de energia a gás natural, com um total de 855 MW”. (adaptado)*

Disponível em <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/ambar-da-jf-investe-r-900-milhoes-em-novas-usinas-a-gas-em-cuiaba/>  
Acesso em 28/09/2022.

Essa é a primeira e a mais importante usina termelétrica do Estado, localizada no Distrito Industrial, e sua fonte de energia é proveniente do maior fornecedor de gás natural ao Brasil, que é a (o):

- (A) Bolívia.
- (B) Paraguai.
- (C) Argentina.
- (D) Chile.
- (E) Venezuela.

### QUESTÃO 27

Leia o texto e responda o enunciado a seguir:

*“O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida geral e sintética usada para classificar o grau de desenvolvimento econômico e a qualidade de vida dos países. Foi criado em 1990 e vem sendo publicado anualmente desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD da ONU. O IDH varia em uma escala que vai de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano. A escala classifica os países em cinco faixas: IDH muito alto, alto, médio, baixo e muito baixo.*

*As dimensões que constituem o IDH são a Renda (padrão de vida medido pela Renda Nacional Bruta per capita); a Saúde/Longevidade (vida saudável e longa medida pela expectativa de vida) e a Educação (acesso ao conhecimento medido pela média de anos de educação de adultos e expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar)”. (adaptado)*

Disponível em <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/indice-de-desenvolvimento-humano-idh-e-idhm>. Acesso em 01/09/2022.

Sendo que Mato Grosso apresentou no último censo do IBGE (2010) um IDH de 0,725 e tendo por base as informações contidas no texto, o Estado apresentou um IDH:

- (A) muito alto.
- (B) alto.
- (C) médio.
- (D) baixo.
- (E) muito baixo.

### QUESTÃO 28

Observe a figura a seguir, leia a notícia e depois responda o que se pede:



Fonte: <https://suportegeografico77.blogspot.com/2018/02/mapas-para-colorir-mato-grosso.html>.  
Acesso em 01/10/2022.

### **AÇÃO PF**

#### **Polícia Federal e Exército Brasileiro combatem garimpo ilegal na Terra Indígena SARARÉ**

Objetivo é encerrar ações que degradam o meio ambiente e colocam em risco comunidades indígenas

*“A PF deflagrou neste sábado (16/07/22) a Operação Alfeu VI, que visa dar cumprimento à decisão judicial que determina a desocupação da área atingida por garimpeiros, bem como apreensão de maquinários e utensílios que são utilizados na atividade de garimpagem ilegal. Concomitantemente, o Exército Brasileiro irá atuar em conjunto com a Polícia Federal, Funai e Força Nacional na Terra Indígena Sararé, localizada entre **os municípios de Conquista D’Oeste/MT, Nova Lacerda/MT, Pontes e Lacerda/MT e Vila Bela da Santíssima Trindade/MT**”.*

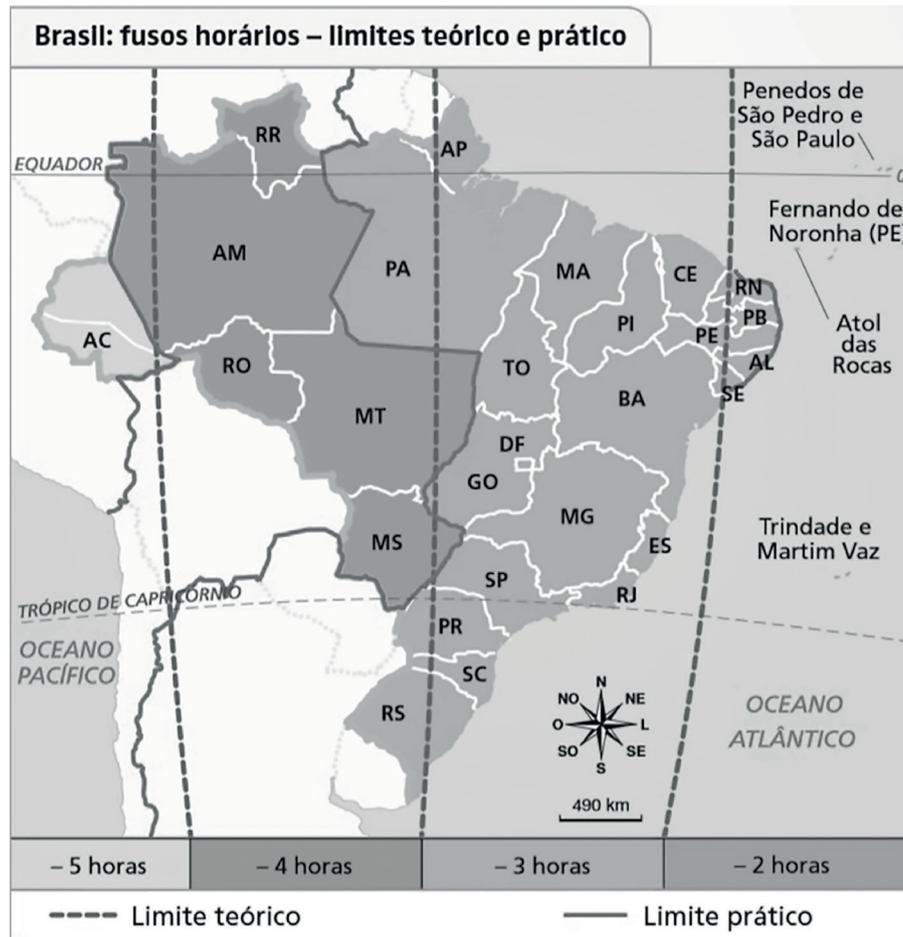
Disponível em <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2022/07/policia-federal-e-exercito-brasileiro-combatem-garimpo-ilegal-na-terra-indigena-sarare>  
Acesso em 20/09/2022.

Com base nas mesorregiões de planejamento do Estado, os municípios em destaque encontram-se na porção:

- (A) Norte mato-grossense.
- (B) Nordeste mato-grossense.
- (C) Sudoeste mato-grossense.
- (D) Centro-sul mato-grossense.
- (E) Sudeste mato-grossense.

### **QUESTÃO 29**

Observe a figura a seguir e responda:



Fonte: Disponível em [https://www.geografiaescolar.com.br/2019/10/fuso-horario\\_27.html](https://www.geografiaescolar.com.br/2019/10/fuso-horario_27.html)  
Acesso em 01/09/2022.

Alguns municípios localizados nos limites entre Mato Grosso e Goiás e entre Mato Grosso e Tocantins utilizam o fuso horário de Brasília (adotando o limite teórico).

Portanto, quando comparados a Cuiabá, **esses locais** apresentam sempre:

- (A) uma hora atrasada.
- (B) duas horas atrasadas.
- (C) o mesmo horário.
- (D) uma hora adiantada.
- (E) duas horas adiantadas.

### QUESTÃO 30

Julgue os itens como verdadeiros ou falsos com relação aos aspectos populacionais de Mato Grosso.

- I. Mato Grosso é um Estado de povos diversos, uma mistura de índios, negros, espanhóis e portugueses que se miscigenaram nos primeiros anos do período colonial.
- II. Atualmente, mais de 70% dos moradores residentes em Mato Grosso nasceram em outros Estados ou no exterior.
- III. Segundo o último recenseamento do IBGE (2010), Mato Grosso possuía 3.035.122 habitantes.
- IV. Nesse mesmo levantamento, constatou-se que viviam na zona urbana mais de 80% da população mato-grossense.
- V. Mato Grosso é um estado de proporções gigantescas com diversas regiões inabitadas, o que interfere diretamente na sua densidade demográfica, que é de 108,3 habitantes por km<sup>2</sup>.

São **VERDADEIROS** os itens:

- (A) I, II, III.
- (B) I, III, V.
- (C) II, IV, V.
- (D) III, IV, V.
- (E) I, III, IV.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### QUESTÃO 31

Marque a alternativa que completa **CORRETAMENTE** a afirmação a seguir.

A gestão democrática do ensino público no Brasil está prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que, em seu Art. 14, dispõe que os sistemas de ensino estabeleçam normas para a gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e os seguintes princípios:

- (A) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.
- (B) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação de 70% (setenta por cento) das comunidades escolar e local em assentos em cada órgão colegiado e comissão.
- (C) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação de 70% (setenta por cento) dos docentes em assentos em cada órgão colegiado e comissão.
- (D) participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação de 1/3 (um terço) dos docentes em assentos em cada órgão colegiado e comissão.
- (E) participação dos professores na elaboração do projeto pedagógico da escola e participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

### QUESTÃO 32

Qual é a alternativa que completa **CORRETAMENTE** a afirmação a seguir?

A Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, trata da educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. O seu Art. 3º, incisos I ao VI, aponta que, no processo educativo mais amplo, "todos têm direito à educação ambiental" e, incumbe responsabilidades:

- (A) ao Poder Público, aos meios de comunicação de massa e à família.
- (B) às instituições educativas, à sociedade como um todo e aos profissionais da educação.
- (C) aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, às empresas, às entidades de classe, às instituições públicas e privadas, ao poder público e às instituições educativas.
- (D) à família, aos profissionais da educação e aos meios de comunicação de massa.
- (E) aos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Meio Ambiente, ao Poder Público e à família.

### QUESTÃO 33

*Parece-me que, para resolver essas questões, é preciso dar dois passos sempre. O primeiro é a lei; o segundo, o estabelecimento de políticas públicas que a efetivem. Quanto tempo decorre entre um passo e o outro é definido pela capacidade de intervenção dos movimentos e a permeabilidade que tais intervenções encontrem nos gover-*

*nos. Fundamental é saber que, do discurso de escola sem distinção, chegamos à escola que começa a distinguir para compensar processos desiguais entre a população brasileira. Não tratamos aqui de cotas para negros nas universidades, que têm ocupado significativo espaço na mídia e em artigos acadêmicos, e sobre as quais já existem várias leis estaduais que poderíamos estudar. São, afinal, muitas possibilidades que as leis educacionais criam ao mencionar a questão de raça e merecem de nós, pesquisadores, uma investigação que este ensaio apenas começou. (DIAS, 2005, p. 60)*

O enunciado acima faz parte de uma reflexão de Lucimar Rosa Dias (2005) sobre a questão de raça nas leis educacionais. Sobre a questão étnico-racial no Brasil, é correto afirmar que:

- (A) As leis 10.639/03 e 11.340/06 alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade das temáticas de história e cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente.
- (B) As leis 10.639/03 e 11.645/08 alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996) para incluir na matriz curricular oficial das redes de ensino, pública e privada, a obrigatoriedade das temáticas de história e cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente.
- (C) As leis 10.639/03 e 11.645/08 alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade das temáticas de história e cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente.
- (D) As leis 10.639/03 e 12.990/14 alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade das temáticas de história e cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente.
- (E) As leis 10.639/03 e 12.990/14 alteraram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade das temáticas de história, artes e cultura Afro-Brasileira e Indígena, respectivamente.

#### QUESTÃO 34

Marque a alternativa que completa **CORRETAMENTE** a afirmação a seguir.

De acordo com o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é:

- (A) dever de todos e direito da criança e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (B) direito de todos e dever do Estado e da escola, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (C) dever de todos e direito da criança e da família, será promovida e incentivada com a colaboração do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (D) direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração das escolas, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mercado de trabalho.
- (E) direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

#### QUESTÃO 35

Assinale a alternativa que completa **CORRETAMENTE** a lacuna no parágrafo a seguir.

Angelo Dalmás, educador brasileiro, em sua obra *Planejamento Participativo na Escola: Elaboração, Acompanhamento e Avaliação* (1994, p. 62), citando GANDIN (1991, p.8), apresenta etapas importantes que servem à organização e consolidação do processo de planejamento global de uma escola. São elas: preparação; elaboração do plano global a médio prazo (elaboração do Marco Referencial; elaboração do Diagnóstico; elaboração da progra-

mação; revisão geral); elaboração dos planos globais a curto prazo; e elaboração dos planos setoriais. Já sobre as dificuldades que podem surgir no acompanhamento do plano global, ele destaca a \_\_\_\_\_:

- (A) constituição de uma equipe de animação.
- (B) inexistência de avaliações periódicas.
- (C) constituição de grupos de estudo.
- (D) formação de agentes para o planejamento.
- (E) definição e aplicação de critérios para a contratação de professores.

### QUESTÃO 36

Maria Luiza Belloni (2005, p.10) disserta que “a escola deve integrar as tecnologias de informação e comunicação porque elas já estão presentes e influentes em todas as esferas da vida social, cabendo à escola, especialmente à escola pública, atuar no sentido de compensar as terríveis desigualdades sociais e regionais que o acesso desigual a estas máquinas está gerando”.

Ela aponta que, para tanto, será preciso “investimentos significativos e transformações radicais em”:

- I. formação e preparação de professores voltados para a área de tecnologias da informação.
- II. pesquisas voltadas para metodologias e nanotecnologia.
- III. materiais didáticos e pedagógicos para as aulas de tecnologias da informação.
- IV. modos de seleção, aquisição e acessibilidade de equipamentos.
- V. criatividade.

Nesse contexto, podemos **AFIRMAR** que apenas as alternativas:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) I e III estão corretas.
- (C) III e V estão corretas.
- (D) IV e V estão corretas.
- (E) II e V estão corretas.

### QUESTÃO 37

Conforme previsto no Art. 4º da Resolução Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, “As atividades de extensão devem compor, no mínimo, \_\_\_\_\_do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de \_\_\_\_\_, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos”.

Marque a alternativa que completa **CORRETAMENTE** as lacunas.

- (A) 10 (dez)% – educação básica.
- (B) 5 (cinco)% – ensino médio.
- (C) 20 (vinte)% – graduação.
- (D) 10 (dez)% – graduação.
- (E) 10 (dez)% – ensino médio.

### QUESTÃO 38

*Vi ontem um bicho  
Na imundície do pátio  
Catando comida entre os detritos.*

*Quando achava alguma coisa,  
Não examinava nem cheirava:  
Engolia com voracidade.  
O bicho não era um cão,  
Não era um gato,  
Não era um rato.  
O bicho, meu Deus, era um HOMEM.*

("O bicho", Manuel Bandeira)

O poema de Manuel Bandeira retrata um cenário desolador da condição humana. Esse cenário é passível de alterações, tanto que o Art. 3º da Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012, estabelece que "A Educação em Direitos Humanos, com a finalidade de promover a educação para a mudança e a transformação social", fundamenta-se em princípios tais como:

- I. dignidade humana e igualdade de direitos.
- II. reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades.
- III. laicidade do Estado.
- IV. democracia na educação.
- V. transversalidade, vivência e globalidade.

Podemos afirmar, então, que estão **CORRETAS**:

- (A) Todas as alternativas.
- (B) Somente as alternativas I, II e III.
- (C) Somente as alternativas III, IV e V.
- (D) Somente as alternativas II, III e IV.
- (E) Somente as alternativas I, III e V.

### QUESTÃO 39

Marque a opção que completa **CORRETAMENTE** a afirmação a seguir.

Conforme Decreto Nº 9.335, de 15 de dezembro de 2017, que "dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino", o Projeto Pedagógico da Instituição (Art. 21, Inciso II), que é parte constitutiva do Plano de Desenvolvimento Institucional, deve conter, entre outros:

- (A) as políticas institucionais de ensino, pesquisa, extensão e autonomia universitária.
- (B) as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão.
- (C) as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão e assistência estudantil.
- (D) as políticas institucionais de autonomia universitária e assistência estudantil.
- (E) as políticas institucionais de ensino, pesquisa, extensão, autonomia universitária e assistência estudantil.

### QUESTÃO 40

José Carlos Libâneo, no Capítulo 10, "O planejamento escolar" (p. 221-247), da obra *Didática* (1990), aborda elementos dos planos da escola, planos de ensino e planos de aulas. Marque abaixo a opção **CORRETA**, considerando as especificidades de cada um dos planos:

- (A) Plano de Aula: refere-se à organização das condições e meios necessários para que os alunos assimilem conhecimentos, habilidades cognitivas.
- (B) Plano de Ensino: organiza-se por períodos semanais.

- (C) Plano de Aula: é um detalhamento do plano da escola.
- (D) Plano de Ensino: denomina-se também plano de nível de ensino ou plano de modalidade de ensino.
- (E) Plano da Escola: plano pedagógico e administrativo da unidade escolar, o qual explicita a concepção pedagógica dos discentes, as bases teórico-metodológicas e a estrutura organizacional.

#### QUESTÃO 41

Conforme Portaria Nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino, julgue as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- I. ( ) As IES poderão introduzir a oferta de carga horária na modalidade de EaD na organização pedagógica e curricular de seus cursos de graduação presenciais, até o limite de 20% da carga horária total do curso.
- II. ( ) A introdução de carga horária a distância em cursos presenciais fica condicionada à observância das Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN dos Cursos de Graduação Superior, definidas pelo Conselho Nacional de Educação - CNE, quando houver.
- III. ( ) O Projeto Pedagógico do Curso - PPC deve apresentar claramente, na matriz curricular, o percentual de carga horária a distância e indicar as metodologias a serem utilizadas, no momento do protocolo dos pedidos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de curso.
- IV. ( ) A oferta de carga horária a distância em cursos presenciais deverá incluir métodos e práticas de ensino-aprendizagem que incorporem o uso integrado de Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC para a realização dos objetivos pedagógicos, como material didático específico e para a mediação de docentes, tutores e profissionais da educação com formação e qualificação em nível compatível com o previsto no PPC e no plano de ensino da disciplina.
- V. ( ) Na fase de Parecer Final dos processos de autorização de cursos presenciais, a possibilidade da oferta de carga horária a distância, até o limite de 40% da carga horária total do curso, além dos critérios estabelecidos pela Portaria Normativa MEC nº 20, de 21 de dezembro de 2017, está sujeita à obtenção, pelo curso, de conceito cinco em todos os indicadores a seguir: I - Metodologia; II - Atividades de tutoria; III - Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA; e IV - Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC.

Sobre as afirmativas anteriores:

- (A) Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- (B) Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.
- (C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- (D) Apenas as afirmativas I, IV e V são falsas.
- (E) Apenas as afirmativas II, III e IV estão corretas.

#### QUESTÃO 42

De acordo com o Art. 214 da Constituição Federal, regido pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009, a lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e o desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam à/ao:

- (A) I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
- (B) I - erradicação do analfabetismo; II - universalização do atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; IV - acesso à educação.
- (C) I - erradicação do analfabetismo; II - gestão democrática; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação

para o trabalho; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

- (D) I - erradicação do analfabetismo; II - oferta de atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - formação para a educação inclusiva; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.
- (E) I - erradicação do analfabetismo; II - oferta de atendimento escolar; III - melhoria da qualidade do ensino; IV - gestão democrática; V - promoção humanística, científica e tecnológica do País; VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

#### QUESTÃO 43

De acordo com a Lei 13.005, de 2014, que dispõe sobre o Plano Nacional de Educação (PNE), assinale a alternativa que preenche **CORRETAMENTE** as lacunas do texto a seguir quanto à meta 11 do PNE:

\_\_\_\_\_ as matrículas da educação \_\_\_\_\_ técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos \_\_\_\_\_ da expansão no segmento \_\_\_\_\_.

- (A) Aumentar/ profissional/ 30%/ privado.
- (B) Triplicar/ profissional/ 50%/ público.
- (C) Duplicar/ especial/ 50%/ público.
- (D) Duplicar/ EJA/ 30%/ público e privado.
- (E) Triplicar/ profissional/ 30%/ público.

#### QUESTÃO 44

De acordo com Fernando Hernández (2000 p. 198), em relação ao trabalho por projetos “todas as coisas podem ser ensinadas por meio de projetos, basta que se tenha uma dúvida inicial e que se comece a pesquisar e buscar evidências sobre o assunto”. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) O professor precisa assumir a posição de transmissor de conteúdos para que o processo de ensino e aprendizagem ocorra de forma efetiva.
- (B) É preciso definir as disciplinas mais adequadas para trabalhar com projetos para só depois escolher as problemáticas e encontrar soluções.
- (C) Na organização do currículo por projetos de trabalho, os próprios educandos começam a participar do processo de criação, procurando respostas e buscando soluções.
- (D) Nenhum projeto pode fugir ao que está previsto no plano oficial de ensino proposto pelo professor, a fim de garantir a aprendizagem de todos os estudantes.
- (E) O professor deve elaborar seu Projeto, pois o projeto de trabalho está relacionado ao seu componente curricular previsto no Projeto Pedagógico do Curso, o qual não pode ser alterado.

#### QUESTÃO 45

Com base na concepção e nos princípios do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, analise as afirmativas a seguir:

- I. Uma das finalidades mais significativas dos cursos técnicos integrados no âmbito de uma política educacional pública deve ser a capacidade de proporcionar educação superior sólida, em vínculo estreito com a formação profissional, ou seja, a formação integral do educando.
- II. A formação integral contribui para a integração social do educando, o que compreende o mundo do trabalho sem resumir-se a ele, assim como compreende a continuidade de estudos.
- III. A oferta organizada se faz orientada a proporcionar a formação de cidadãos-profissionais capazes de compreender a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho, para nela inserirem-se e

atuarem de forma ética e competente, técnica e politicamente, visando à transformação da sociedade em função dos interesses individuais, especialmente os da classe trabalhadora.

- IV. A concepção de uma política, cujo objetivo da formação está fundamentado na integração de trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral, pode contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional das populações, pela indissociabilidade dessas dimensões no mundo real.
- V. É preciso assumir a EJA como um campo de conhecimento específico, o que implica investigar, entre outros aspectos, as reais necessidades de aprendizagem dos sujeitos alunos.

Quanto às afirmativas acima, estão **CORRETAS**:

- (A) Apenas as afirmativas I, II e V.
- (B) Apenas as afirmativas III, IV e V.
- (C) Apenas as afirmativas II, III, IV e V.
- (D) Apenas as afirmativas II, IV e V.
- (E) As afirmativas I, II, III, IV e V.

#### QUESTÃO 46

Considere a Resolução CNE/CP N° 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica. Seu Artigo 4º afirma que a Educação Profissional e Tecnológica, com base no § 2º do art. 39 da LDB e no Decreto nº 5.154/2004, é desenvolvida por meio de cursos e programas de:

- I. Qualificação profissional, incluindo a formação inicial e a formação continuada de estudantes do ensino médio;
- II. Educação Profissional Técnica de Nível Médio, incluindo saídas intermediárias de qualificação profissional técnica e cursos de especialização profissional técnica;
- III. Educação Profissional de Nível Médio, excluindo saídas intermediárias de qualificação profissional técnica e cursos de especialização profissional técnica;
- IV. Educação Superior, incluindo saídas intermediárias de qualificação profissional, cursos de especialização profissional tecnológica e programas de Mestrado e Doutorado acadêmico.
- V. Educação Profissional Tecnológica, de graduação e de pós-graduação, incluindo saídas intermediárias de qualificação profissional tecnológica, cursos de especialização profissional tecnológica e programas de Mestrado e Doutorado profissional.

Em relação ao desenvolvimento de cursos e programas da Educação Profissional e Tecnológica, exposto na legislação acima mencionada, estão **CORRETAS** apenas as alternativas:

- (A) II e V.
- (B) II e IV.
- (C) I, II e V.
- (D) I, III e V.
- (E) I, III e IV.

#### QUESTÃO 47

Com base no Art.4 da Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo, 30% (trinta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.
- (B) As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso

em cada curso, por turno, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

- (C) As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso, no máximo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.
- (D) As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.
- (E) As instituições federais de ensino técnico de nível médio reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso em cada curso, por turno, no mínimo, 30% (trinta por cento) de suas vagas para estudantes que cursaram parcialmente o ensino fundamental em escolas públicas.

#### QUESTÃO 48

A Competência geral 5 da BNCC é definida como: “Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.” (BNCC, 2018).

Em relação às Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no processo de ensino-aprendizagem, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) o professor precisa ser o detentor do conhecimento técnico sobre o uso das ferramentas disponíveis para melhor uso possíveis das TDICs, bem como para garantir a alfabetização e o letramento digital dos estudantes.
- (B) é preciso repensar os projetos pedagógicos com o olhar de utilização das tecnologias e recursos digitais como um fim, promovendo apenas o acesso dos estudantes ao mundo digital.
- (C) com o uso de ferramentas simples e acessíveis, os alunos podem criar áudios e vídeos para compartilhar as aprendizagens de uma aula ou sequência didática, desde que estejam determinadas no plano oficial do professor ou no livro didático.
- (D) não se deve prezar somente pela utilização das tecnologias em si, mas sim pela reflexão crítica e pelo uso responsável. Porém, não cabe aos professores trabalhar também conceitos relacionados à segurança na rede, ao *cyberbullying*, à checagem de fatos (*fake news*) e informações e ao uso da tecnologia como ferramenta de construção e compartilhamento de conhecimentos.
- (E) incorporar as tecnologias digitais na educação não significa utilizá-las somente como meio ou suporte para promover aprendizagens ou despertar o interesse dos alunos, mas sim utilizá-las com os alunos para que construam conhecimentos com e sobre o uso dessas TDICs.

#### QUESTÃO 49

De acordo com a LDB 9394/1996, Seção IV-A - Da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em seu Artigo 36 A, B e C, analise as assertivas a seguir, marcando V para verdadeiro e F para falso.

- I. ( ) A educação profissional técnica de nível médio será desenvolvida nas seguintes formas: articulada com o ensino médio; e subsequente, em cursos destinados a quem já tenha concluído o ensino fundamental.
- II. ( ) A educação profissional técnica de nível médio articulada será desenvolvida de forma integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, efetuando-se matrícula única para cada aluno;
- III. ( ) A educação profissional técnica de nível médio articulada será desenvolvida de forma concomitante, oferecida a quem ingresse no ensino médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso.
- IV. ( ) A educação profissional técnica de nível médio concomitante poderá ocorrer na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;

- V. ( ) A educação profissional técnica de nível médio concomitante poderá ocorrer em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
- VI. ( ) A educação técnica de nível médio subsequente poderá ocorrer em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando ao planejamento e ao desenvolvimento de projeto pedagógico unificado.

Está **CORRETA** apenas a sequência:

- (A) V- F- V- F- V- V.  
(B) F- V- V- F- V- V.  
(C) F- V- V- V- F- F.  
(D) F- V- V- V- V- F.  
(E) F- V- F- V- V- F.

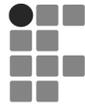
### QUESTÃO 50

Segundo Moura (2007 p. 5), “a relação entre a educação básica e profissional no Brasil está marcada historicamente pela dualidade”. Nesse sentido, analise as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:

- I. Uma educação propedêutica se destinava às elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais, já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso.
- II. A educação profissional no Brasil tem, portanto, a sua origem dentro de uma perspectiva de educação integrada, de modo que a educação geral se torne parte inseparável da educação profissional em todos os campos voltados para o trabalho.

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- (A) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II não é a justificativa correta da I.  
(B) As asserções I e II são proposições verdadeiras e a II é a justificativa correta da I.  
(C) A asserção I é uma proposição verdadeira e a II é uma proposição falsa.  
(D) A asserção I é uma proposição falsa e a II é uma proposição verdadeira.  
(E) As asserções I e II são proposições falsas.



# CONCURSO PÚBLICO

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS - TAE - Edital 90/2022 - IFMT

## FOLHA DE ANOTAÇÃO DO CANDIDATO

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Questão	Alternativa
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	

Questão	Alternativa
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	